



A LIBERDADE E O BEM VIVER CONDICIONADOS PELA MODERNIDADE, PELA TECNOLOGIA E PELO CONSUMO

LIBERTAD Y BIEN VIVIR CONDICIONADOS POR LA MODERNIDAD, LA
TECNOLOGÍA Y EL CONSUMO

FREEDOM AND GOOD LIFE CONDITIONED BY MODERNITY, TECHNOLOGY
AND CONSUMPTION

João Paulo Queiroz Antonini

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4262-4041>

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) - Brasil

Antônio Dimas Cardoso

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5904-716X>

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v3i1.10696

Resumo: Liberdade é um conceito que abraça entendimentos diversos, indo desde a compreensão da escolha do homem por qualquer coisa relacionada a si mesmo até a mais profunda teoria econômica. O bem-viver é uma forma de contestação da sociedade capitalista de consumo, da produção excessiva, da concentração de renda e de outros elementos que ultrapassam a essencialidade da sobrevivência humana. A discussão proposta em torno da liberdade e do bem viver será disposta a partir dos prismas da modernidade, em sua essência, da tecnologia e do consumo. Utilizando de um levantamento bibliográfico das teorias de Acosta, Giddens, Gudynas, entre outros autores, o texto objetiva demonstrar ao leitor como essas três variáveis se manifestam como modeladoras da liberdade e confrontam o bem viver em sua maior essência: a garantia de vida digna e emancipatória do ser humano.

Palavras-chave: liberdade, tecnologia, vida, consumo

Resumen: La libertad es un concepto que abarca diversas comprensiones, que van desde la comprensión de la elección del hombre por cualquier cosa relacionada con él mismo hasta la teoría económica más profunda. El buen vivir es una forma de impugnar la sociedad de consumo capitalista, la producción desmedida, la concentración del ingreso y otros elementos que van más allá de la esencialidad de la supervivencia humana. La discusión propuesta en torno a la libertad y el buen vivir se articulará desde los prismas de la modernidad, en su esencia, la tecnología y el consumo. Mediante un relevamiento bibliográfico de las teorías de Acosta, Giddens, Gudynas, entre otros autores, el texto pretende demostrar al lector cómo estas tres variables se manifiestan como modelos de libertad y confrontan el buen vivir en su mayor esencia: la garantía de un dignificación y emancipación del ser humano.

Palabras clave: libertad, tecnología, vida, consumo

Abstract: Freedom is a concept that embraces diverse understandings, ranging from understanding man's choice for anything related to himself to the deepest economic theory. Good living is a way of contesting the capitalist consumer society, excessive production, income concentration and other elements that go beyond the essentiality of human survival. The proposed discussion around freedom and good living will be arranged from the prisms of modernity, in its essence, technology and consumption. Using a bibliographic survey of the theories of Acosta, Giddens, Gudynas, among other authors, the text aims to demonstrate to the reader how these three variables manifest themselves as models of freedom and confront the good life in its greatest essence: the guarantee of a dignified and emancipation of the human being.

Keywords: freedom, technology, life, consumption

Introdução

O debate a respeito das crises provocadas pela humanidade (sociais, políticas, ambientais, econômicas, entre outras) tem sido frequentemente promovido por organizações civis e estatais ao redor do planeta e cada vez com maior intensidade. Convivemos com catástrofes cada vez mais constantes, somos noticiados de guerras e tensões entre nações reiteradamente e, não raro, nos deparamos com países à beira da falência e do caos institucional. Com todos esses cenários de pouca sorte, as democracias são colocadas à prova de fogo e os princípios que suportam os sentidos libertários são testados.

Orwell (2005), em sua célebre obra “1984”, deixa uma mensagem ao criar o conceito de *doublethink* ou duplipensar, que cabe aos dias de hoje, ao dizer que haveria um dia em que se instauraria confusão e os fundamentos da democracia seriam perturbados. “Guerra é paz; liberdade é escravidão; ignorância é força”. Numa democracia liberal, liberdade não é um conceito absoluto, mas um acordo, talvez inconsciente, que fazemos pessoa a pessoa, no qual a liberdade do outro é o que garante a minha liberdade.

Em *Leviatã*¹, Thomas Hobbes trata a liberdade como desejo sem obstáculos e construída de acordo com a vontade dos sujeitos, orientando assim que a verdadeira liberdade é a natural, sem limitações por governos ou pelo Estado. Nesse prisma, liberdade e poder caminham juntos, uma vez que caberia ao homem livre empoderar-

¹ Célebre obra do autor, filósofo e matemático inglês Thomas Hobbes. Nessa obra, Hobbes explora pontos sobre a natureza humana, seus governos e modelos de sociedade.

se a si mesmo em relação à sua própria vida. Esse conceito soa egoísta, mas é capaz de explicar por que a liberdade é, ao mesmo tempo, clara e misteriosa.

De forma conceitual e propositiva, esse trabalho trará como base teórica e para referendar os elementos expostos ao decorrer do texto, um pouco daquilo que expressaram em suas literaturas Acosta, Gudynas, Giddens, Dussel, entre outros teóricos que foram capazes de conceber e acreditar num ideário do *bem viver* ou que, apenas por análise, dispuseram do seu tempo para a ventilação desse assunto à humanidade, através das suas grandes obras, que auxiliaram na formação do entendimento do homem como elemento transformador da sua própria realidade.

Para que essas arguições sobre modernidade, tecnologia, consumo e *bem viver* sejam possíveis, se faz necessária a interação desses conceitos com a liberdade, como elemento originário de toda a discussão. Sem que a missiva de Alberto Acosta seja o veio principal dessa pesquisa, mas respeitando toda a importância da propriedade do autor em relação ao tema, é preciso salientar que o seu pensamento de sociedade menos desigual e mais fraterna foi essencial para a construção do espectro de pluralidade que circunda o que será disposto no trabalho.

Cleto (2005) cita que o conceito essencial de liberdade é uma derivada do direito natural e da autonomia política do ser, em garantia de ação legitimada por uma sociedade ou Estado, ancorada na soberania do ser à sua própria existência. Trazendo a modernidade ao discurso e acentuando a sua inferência no que a liberdade toca, o presente texto objetiva responder dois grandes questionamentos: a) teria sido a modernidade capaz de influenciar a perda ou a diminuição do gozo de liberdade plena por parte das pessoas e influenciando a real percepção do bem viver? b) o ideal de liberdade teria sido confundido com as necessidades consumistas que a modernidade impôs, ocasionadas pelo aperfeiçoamento tecnológico e suas consequências na forma de viver?

A metodologia empregada nesse texto, para que possam ser cumpridas as formas que ele propõe, será enquadrada numa pesquisa exploratória através das obras “As consequências da modernidade”, de Anthony Giddens; “O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, de Alberto Acosta; “Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos”, de Eduardo Gudynas; “O *Encobrimento do Outro (A origem do “mito da modernidade”)*”, de Enrique Dussel; entre outras fontes de apoio. Segundo as informações de Lima (2007), um levantamento bibliográfico implica

em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objetivo de estudo, e que, por isso, não pode ser feito de modo aleatório.

Quando os iluministas franceses falaram em liberdade, igualdade e fraternidade, inventaram não apenas uma filosofia político-ideológica, mas uma metodologia de convívio. Foi a veleidade francesa que inaugurou a compreensão liberal-revolucionária de que, para haver liberdade e igualdade, haveria de ter fraternidade. A compaixão contida nessa ideia deu o *start* a todo o axioma democrático e o fez absorver que, para existirmos, precisamos ter a capacidade de coexistir.

Impor qualquer razão que destoe disso é o oposto do estatuto liberal de liberdade, que prognostica o sujeito como elemento atuante de uma sociedade organizada. É a partir desse entendimento de que a liberdade só existe se for comum, que se brotam as ideias de autogestão e solidariedade, determinando que as pessoas não precisam de ditadores, leis autocráticas ou organismos impeditivos. Nasce, nessa forte consciência que, sim, temos os nossos direitos individuais, mas que esses valem para todos. Nós escolhemos viver em sociedade e mudamos o tempo, a política e a vida para convergirem nesse sentido. É por tudo isso que temos obrigações para com a nossa sociedade.

Uma das obrigações (quase diárias) que fazem parte do *script* de conservação da nossa liberdade individual é respeitar o meio em que vivemos. Meio esse composto por diversos blocos culturais - comuns ou não -, facetas políticas, ramificações filosóficas, entre outras simbioses que estão colocadas no nosso dia-a-dia. É preciso aceitarmos que vivemos em meio à pluralidade, que as pessoas são completamente diferentes umas das outras, embora coadunem em microambientes comuns (igrejas, partidos, clubes, etc). Tudo isso compõe a condição *sine qua non* para a formulação do *bem viver*, o qual só é possível se houver compreensão mútua entre todos nós e a gentileza humilde do respeito à liberdade.

Gudynas (2016) manifesta que os limites do desenvolvimento não são absolutos, mas condicionados pelo estágio da tecnologia, organização da sociedade, intervenção sobre o ambiente, pela capacidade da biosfera em absorver os impactos das atividades do homem e pela liberdade que pode ser sentida de diversas formas: financeira, geográfica, sexual, política, alimentar, religiosa e comercial, por exemplo. A liberdade faz o seu próprio *trottoir* quando plena. Porém, a modernidade

reconfigurou o conceito de liberdade a partir do momento em que deu à tecnologia papel central para a evolução do pensamento desenvolvimentista.

Acosta (2008, p. 102) define a tecnologia como a aplicação da ciência através da transformação da natureza e da utilização de recursos primários ou secundários para satisfação de desejos e necessidades humanas ou não, podendo ser de forma sustentável ou predatória. Desta forma, é possível contextualizar que a incorporação da tecnologia à nossa sociedade foi um acontecimento provocado pela própria evolução humana, no sentido de partida do aprimoramento dos meios necessários para suprir necessidades emergentes, urgentes ou futuras.

A LIBERDADE AMEAÇADA PELA MODERNIDADE, PELA TECNOLOGIA E PELO CONSUMO

A modernidade é um fenômeno sociológico e histórico que pode ser interpretado desde o ponto de vista mercantil ao pessoal. De Weber a Habermas, a modernidade é concebida como uma filha do modelo capitalista de produção, a partir da burocracia estatal, da ciência, da moral, da arte e dos valores do mundo. Giddens (1991), dentro desse entendimento, coloca que a modernidade se refere a uma forma de vida ou organização social e de estilo, que aparece a partir do século XVII e se espalha pelo mundo desde então. A modernidade se estabelece, então, a partir do momento em que novas tecnologias industriais começam a facilitar o processo de produção e distribuição de mercadorias.

Dussel (1993), ao transmitir que a liberdade é relacionada à necessidade humana de garantir utilidade para o bem de todos, infere que a modernidade foi capaz de manchar a liberdade a partir do sentido de dizer que o que era bom para o dominado também era bom para o dominador, conferindo à modernidade a propriedade de apaziguar necessidades comuns a todos, desde o explorado ao explorador, criando, assim, um processo em que, no final, haveria certo bem comum a todos. Criando o “mito da modernidade”, o autor imputa que a modernidade se *“autodefine como cultura superior e mais desenvolvida”* (p. 75), colocando aquilo que não é moderno como inferior e bárbaro, *“sempre sujeito à uma imaturidade culpável”*.

Seria a modernidade, então, razão suficiente para o surgimento de uma nova forma de viver.

Traduzir a modernidade numa sociedade moderna é uma frase de sujeito indeterminado. Arendt (2008, p. 318) cita que a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do “fazedor de objetos artificiais”, a confiança no caráter global da categoria dos meios e fins e a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido pela motivação humana, foi o que minou a liberdade do ser, agir e pensar do homem moderno.

Foi a modernidade que proporcionou o avanço tecnológico e propiciou o crescimento da produção de mercadorias; que alterou as exigências da demanda e viabilizou o consumo de bens até então desconhecidos; que fez com que se alterassem as percepções das pessoas sobre o novo; que os mercados conquistassem escala em outros países; e que a prestação de serviços fosse adaptada de acordo com as necessidades de cada um. Porém, também cabe dizer que a modernidade ocasionou no homem moderno sede constante pelo consumo, criando a mentalidade do ter para ser, alterando o seu padrão de felicidade relacionando-o ao consumismo. O homem moderno só se permite ser feliz se tiver em sua posse as benesses que a modernidade puder lhe conferir. “*A condição humana do consumo é a mundanidade*” (CLETO, 2005).

O homem moderno tende a instituir a sua sobrevivência enquanto *eu* a partir do momento em que consegue demonstrar a sua capacidade de ser feliz através da possibilidade de possuir; através do julgo que a coletividade a qual ele está inserido expressa ao seu dispor. Essa identidade manipulada, fabricada em linha e padronizada, é o que faz com que o ser humano se estabeleça enquanto sujeito propenso ao controle do estilo a ser seguido, muita vez em prol do consumo, em prol da convencionalidade que outros seres humanos impuseram – ou se dispuseram – a seguir, mediante ao controle das marcas, dos lugares, das ilusões e das tendências. Sendo tudo isso produto da produção e do consumo massivos de bens e serviços e dos avanços tecnológicos. A isso podemos relacionar que o conceito original de liberdade fora perdido, uma vez que o homem moderno se viu preso a esse novo modelo.

O desenvolvimento tecnológico condicionou os limites para o crescimento de uma economia. Mentes criativas e máquinas bem reguladas tomam o lugar de braços

fortes desde o limiar das revoluções industriais inglesas. Só se é possível crescer, tomar escala e concorrer se os fatores de produção estiverem condicionados à tecnologia. A cada processo facilitado pelo avanço tecnológico, a discussão sobre sustentabilidade, desenvolvimento e crescimento econômico se acentua e oscila, numa onda que permeia desde o desemprego, provocado pela utilização cada vez mais constante de máquinas capazes de substituir a mão de obra humana, aos impactos dessa nova forma de produzir ao meio ambiente.

A tecnologia é um coeficiente que, da mesma forma que inclui alterações positivas para o sistema produtivo, oferecendo linearidade e acertos não conseguidos pelas mãos humanas, também é excludente a partir do momento que não é garantida a todos. É com base nisso que Acosta (2008) infere que é preciso repensar os padrões tecnológicos e incentivar iniciativas locais de produção, mesmo que com escala que signifique apenas o abastecimento regional daquele serviço ou produto ofertado. Não é saudável pensarmos que todos os processos produtivos precisam do emprego de alta tecnologia e da exclusão da mão de obra humana, principalmente em comunidades tradicionais, onde a cultura e a forma de sociedade é completamente diferente da capitalista.

Gudynas (2016) traduz toda essa narrativa e impõe que, nesse sentido, faz-se necessário “superar a visão clássica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico perpétuo, progresso linear e antropocentrismo desmedido”. Por mais que a modernidade avance para cima dos processos produtivos a cada ano que passa e a tecnologia assume papel central nesse avanço, o respeito às condições de empreender deve ser garantido. A tecnologia já se provou capaz de controlar o ritmo do crescimento de uma economia, porém, pensar alternativas e formas de reduzir os impactos provocados por ela tornou-se uma tarefa que exige habilidade, boa vontade política e ação social.

Pereira & Calgaro (2016) imputam que a visão antropocêntrica do pensamento moderno faz com que o homem se sinta dono e senhor da natureza e dos recursos provenientes dela, esquecendo-se (ou não se importando) que os impactos ocasionados por isso podem provocar a destruição de toda a ecologia do planeta. A tecnologia foi capaz de enebriar o pensamento do homem, fazendo-o até mesmo a esquecer ou não se importar que aquilo que hoje é moderno fora extraído da natureza. Logo, não é longe do razoável dizer que essa visão antropocêntrica e

perversa que a modernidade impôs ao homem, é um fator determinante para a destruição do *bem viver*. Falaremos mais sobre isso no próximo tópico.

Uma vida moderna e tecnológica é tentadora até para aqueles que ainda se refugiam no mundo analógico, porém é preciso saber até onde os avanços tecnológicos são capazes de influenciar na perda ou na consolidação da liberdade. Quando cozinhamos a ideia de que a tecnologia influencia a forma de viver de um sujeito e, por consequência, é capaz de alterar o seu estado de *eu livre*, aceitamos que a modernidade é capaz de manchar a fantasia liberal em torno da liberdade e impor o consumo como elemento principal proporcionador de felicidade.

Consumir é uma necessidade humana e serve tanto para satisfazer o ego quanto para movimentar a economia como um todo. O consumo é um dos pilares econômicos modernos, uma vez que é ele quem faz com que algo seja produzido e comercializado. A oferta existe porque existe demanda (um fato que a modernidade é capaz de alterar quando quer). Na modernidade, consumir faz com que o sujeito se sinta pertencente a um grupo ou uma tribo ou dentro de um padrão de vida, esteja ele financeiramente incluso ou não. Consumir virou sinônimo de pertencer, logo, mais uma vez, podemos afirmar que, nesse sentido, o consumo foi capaz de influenciar diretamente na liberdade das pessoas ao criar uma dúvida entre consumir e fazer parte do meio ou não consumir e ser livre, dono do seu próprio entendimento e hábito.

Em “*A condição humana*” (2008), Hannah Arendt coloca os termos “labor, trabalho e ação” como elementos que remetem ao comportamento humano moderno. Labor e trabalho estariam ligados às atividades que garantem a sobrevivência do homem, ligados às fadigas da vida. O labor está direcionado aos processos biológicos do corpo humano; o trabalho nunca chegaria ao fim, por se tratar da ideia de atividade e acompanhar o movimento das funções do labor, sendo interminável enquanto houver vida. Já a ação, é imputada por Arendt como uma atividade plural e correspondente à própria condição humana, que organiza a convivência entre os homens. Isto posto, podemos deduzir que o consumo é uma variante da ação humana.

Falar sobre consumo requer dinamismo, posto que, para Cleto (2005) a ação de consumir é importante para garantir as necessidades de abrigo e bens aos seres humanos. Entretanto, está cada vez mais fácil comprar aquilo que se é desejado e o desejo humano é inesgotável, gerando, assim, o consumismo. O consumismo é uma

particularidade da modernidade, gerado pela forte influência da publicidade e provocado pela escassez. Chiavenato (2004, p. 13) sustenta que:

Na história da humanidade, a virtude quase sempre esteve associada ao comedimento e à renúncia. Desde a Idade Média, para os cristãos o homem virtuoso, honesto e digno era modesto, abominava o luxo e o conforto. Esse costume foi consolidado pelas religiões: os pobres acreditaram durante séculos que, padecendo na Terra, ganhariam o Paraíso. A partir do século XIX, quando a industrialização possibilitou mais conforto à sociedade, surgiu um choque, muitas vezes inconsciente, causado pelo consumo de produtos que ofereciam “prazer”. O “prazer” estava associado ao pecado. Simplificadamente, pode-se dizer que o conforto doméstico ou pessoal contribuiu para diminuir os condicionamentos ou preconceitos que consideravam a felicidade quase um pecado. Mudou a moral, e certos padrões de comportamento foram abandonados, superados ou substituídos por outros mais modernos, que facilitavam o consumo. Ficou mais importante, para o grosso da humanidade, ter em lugar de ser (CHIAVENATO, 2004, p. 13).

Como dito anteriormente, a modernidade é capaz de alterar a ordem entre demanda e oferta, conseguindo criar demanda a partir da fabricação sintética de novos desejos. A modernidade inventou a tecnologia e possibilitou que essa invertesse a relação oferta-demanda, quando passou a construir novas linhas de mercadorias, novos desejos, novas necessidades e novos padrões de comportamento nas pessoas.

Um item comprado hoje, possivelmente, estará obsoleto amanhã. Um serviço adquirido hoje, possivelmente, estará atualizado amanhã. As modas chegam via internet, numa velocidade impossível de ser freada, mas que precisa ser estudada. O ideário consumista trazido pela modernidade e pelas tecnologias inseriu nas pessoas novas receitas de vida e novos modelos de comportamento. A economia vive da rotatividade de mercadoria, utilizando-se, para isto, do processo de obsolescência ou de descartabilidade programada, o que interfere radicalmente nas liberdades de escolha, de posse e de interpretação das necessidades humanas sobre si mesmas (MOURA, 2018). Portanto, é possível dizer que a liberdade está ameaçada pela modernidade, pela tecnologia e pelo consumo.

Com a globalização, a informação está cada vez mais rápida de se adquirir, as pessoas têm seu comportamento moldado à tendência de consumir o que está na moda e de descartar aquilo que não mais está de maneira muito veloz. A

obsolescência faz parte da vida do consumidor, é por causa dela que a satisfação de quem consome precisa ser instantânea, fazendo do consumo, muitas vezes, um ato irracional.

Giddens (1991, p. 81) entende a globalização como um aspecto importante que permite uma intensa relação comercial entre povos de forma ilimitada no espaço e no tempo, influenciando diferentes culturas na satisfação de seus desejos por bens de consumo e serviços, promovendo a difusão mundial das tecnologias, afetando muitos aspectos da vida cotidiana e influenciando o caráter genérico da interação humana com o meio ambiente material.

A busca de uma identidade para cada recorte da sociedade através da satisfação dos desejos – como o de consumir um objeto -, dado pela globalização, faz com que se amplie a desterritorialização das relações sociais. Assim, um fato que tem origem em um determinado contexto sociocultural, pode influenciar a vida de pessoas que vivem a milhares de quilômetros de distância (DIAS FILHO, 1996, p. 64).

O consumo moderno não se importa com o que o indivíduo possui, mas, sim, com aquilo que o outro não possui. Essa razão de escassez confere ainda mais valor financeiro e modal àquilo que se consome. É esse pensamento que tem conduzido o homem moderno à perda da liberdade, uma vez que ele aceita toda e qualquer espécie de imposição da sua própria forma de consumir, simplesmente para se sentir adequado ao padrão do momento. Bauman (2008, p. 126) coloca que, numa sociedade de consumidores, a satisfação por algo deve ser apenas uma experiência momentânea, fadada à impulsão e à compulsão, *“uma catástrofe com a qual podemos dizer que somos impulsionados ou atraídos a procurar incessantemente, até encontrar outra coisa que cesse essa procura”*.

A inovação, a tecnologia, e a produção de um país devem estar associados ao progresso e, de fato, são elementos capazes de oferecer maior qualidade de vida aos seus cidadãos. Porém, esses elementos precisam ser voltados para transformar a vida das pessoas, fornecer conforto material e possibilitar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do meio em que elas vivem. Porém, diante de tudo o que fora exposto até aqui, o que se pode concluir é que o bem viver está em segundo plano e a modernidade o subjugou como um devaneio.

O BEM VIVER ESTÁ EM SEGUNDO PLANO E A MODERNIDADE O SUBJUGOU

Na contramão do que a modernidade, a globalização e a tecnologia ensinam, o *bem viver* aparece como doutrina humilde, sábia e capaz de oferecer uma nova compreensão para e sobre as coisas da vida. O *bem viver* é hábil o suficiente para avaliar que a forma como a modernidade impôs as suas condições é predatória o bastante para inviabilizar o progresso e o desenvolvimento à longo prazo. Para o *bem viver*, de nada adianta gozarmos de uma vida moderna e tecnológica agora se não resolvermos os dramas que essa traz consigo ao excluir as pessoas que não conseguiram alcançar esse patamar e ao destruir o meio ambiente.

O *bem viver* pode ser encarado como uma oposição ao *american way of life*, escriturado pelo neoliberalismo estadunidense, que se baseia no consumo como garantia de uma vida melhor para as pessoas, mesmo que explorando ao máximo os recursos naturais e humanos, mesmo se abastecendo das injustiças que o modelo consumista americano impôs. Acosta (2008, p.45) coloca que o desenvolvimento se tornou uma metáfora guiada pelo consumo, se tornando uma exigência global que implicava a difusão do modelo de sociedade americano, herdeiro dos valores europeus. O Bem Viver rema no sentido oposto, colocando-se como o que se expressa em favor daquilo que é comum, que faz com que uma ampla maioria viva bem e tente, ao menos minimamente, em seu núcleo, evitar o colapso civilizatório provocado pelo capitalismo.

Acosta (2008) diz que o *bem viver* não pretende assumir o papel de um imperativo global, mas quer ser visto como um caminho que deve ser imaginado para ser construído, produzindo uma nova realidade capaz de desarmar a sana imparável do progresso econômico a qualquer custo. O *bem viver* é um ideal, uma utopia originada da visão de que o mundo não suporta mais o nível de exploração e desgaste promovidos pelo ser humano.

O *Bem Viver* apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. Não se trata simplesmente de um receituário materializado em alguns artigos constitucionais. Tampouco é a simples soma de algumas práticas isoladas e, menos ainda, de alguns bons desejos de quem trata de interpretar o *Bem Viver* à sua maneira. O *Bem Viver* deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, uma vez que a sua substância emerge dos povos tradicionais indígenas. O *Bem*

Viver é absorvido de ideias de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis (ACOSTA, 2008, pgs 69 e 70).

Como vimos anteriormente, a tecnologia, a globalização e a competição capitalista vêm deixando as suas heranças e consolidando os seus conceitos no âmago da nossa sociedade. Não que isso seja de todo ruim, mas, nesse momento, se situam como principais responsáveis pela retórica avessa em torno do *bem viver*. A modernidade traçou um modelo de desenvolvimento insustentável, fazendo com que a tecnologia acentuasse ainda mais as divergências nos padrões de consumo; que a globalização oferecesse informações ainda mais rápidas sobre as alterações de comportamento; e que a competição capitalista se tornasse ainda mais ferrenha e disposta a fazer de tudo para que essa sistemática se propagasse. É a acumulação, o “eu tenho, você não tem” que faz com que a práxis consumista moderna perturbe o *bem viver*.

O conjunto de forças contrárias ao *bem viver* é amplo, uma vez que, para manter a vigência das fórmulas capitalistas de competição e exclusão, é preciso inserir na psiquê humana que nada que se distancie da modernidade, oferecida pelo modelo de desenvolvimento atual, é capaz de sobreviver por si só. O *bem viver* é uma filosofia de vida que orienta o sujeito num caminho de emancipação pessoal, respeitando o seu passado, mas moldando-o a partir de um projeto que coloque os princípios liberais de igualdade, liberdade e fraternidade em evidência, para que o sujeito optante por essa prática possa fortalecer em si os valores básicos de respeito, consciência coletiva, vida compartilhada e organização comunitária.

Em nome do crescimento econômico e em sua razão a qualquer custo, as organizações modernas ao redor do mundo nocautearam a diplomacia e o diálogo saudável, passando a se preocupar simplesmente com a base política que garantiria a sua imersão nos organismos internacionais capazes de ditar as regras de desenvolvimento de um dado país ou região. Acosta (2008, p. 24) diz que o desenvolvimento se tornou “*uma teléquia que rege a vida de grande parte da humanidade que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo*” por conta dos seus erros e das suas próprias limitações. Fazer com que o *bem viver* alcance as camadas superiores da política é uma tarefa difícil, tanto por ser uma ideia nova e rebelde,

quanto por ser ousada o suficiente para propor uma forma alternativa de desenvolvimento.

O homem ainda não conseguiu aceitar que a sua sede por poder, terra e recursos naturais mais o destruiu que o fez bem. A tara materialista em torno do desenvolvimento a qualquer custo desanima até mesmo aqueles mais conservadores. Acosta (2008) coloca que as pessoas começaram a entender que a acumulação material, mecanicista e interminável, assumida como progresso, não tem futuro. O autor completa dizendo que essa preocupação é crescente, pois os limites da vida estão severamente ameaçados pela visão antropocêntrica do progresso, cuja essência é devastadora.

A consideração em torno de tudo isso é uma só: escassez. Os recursos naturais não são inesgotáveis, muitos deles, inclusive, já estão margeando a extinção. Adotar práticas como a exploração sustentável ou medidas progressistas de extrativismo pode já não ser mais uma saída eficaz para o problema, pode já ter perdido o *timing*. A influência disso na ideia de *bem viver* é acachapante, uma vez que a impede de existir de duas formas: eliminando o fator utópico, a fantasia e a beleza de uma vida *pasagardiana*², num lugar próximo à perfeição ou que até mesmo a eliminasse como modalidade desenvolvimentista possível, conduzindo-a a um choque de realidade que a diminuiria ao nível de uma fábula.

O que mais fere esse espaço de discussão a respeito do *bem viver* é a falta de vontade de mudança por parte da institucionalidade dominante em torno das decorrências do estilo capitalista, mesmo dispostos de toda a realidade das hecatombes naturais e das diversas e gigantescas falhas para com a democracia e aos conceitos iluministas que orientaram o pensamento liberal. Talvez um sistema baseado em combate à desigualdade, condicionado a valores coletivos e com uma filosofia incluyente não seja interessante para as autoridades que controlam as iniquidades do capitalismo. O que é moderno, escalável e lucrativo é, também, mais vistoso daquilo que é esperançoso, solidário e distributivo. O homem moderno prefere possuir incessantemente o que a modernidade e a tecnologia lhe proporcionaram de ganhos materiais, mesmo que para isso precise abrir mão da sua liberdade, da sua consciência humana e do seu próprio planeta.

² Referente ao poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, do escritor brasileiro Manoel Bandeira. Pasárgada seria um lugar utópico e paradisíaco, próximo à perfeição.

CONCLUSÃO

O texto deste trabalho abastecer a ideia do bem-viver e da liberdade do homem com confrontações junto à modernidade, à tecnologia e ao consumo. A modernidade deu asas à tecnologia que, por sua vez, transformou o consumo como algo além de uma necessidade, mas um hábito predatório e excludente. Acosta (2008) demonstra que precisamos traduzir o bem viver de forma a associá-lo à liberdade, não excluindo a gerência humana da sua vida sobre si mesma como uma espécie de submissão à modernidade.

Aproveitar a evolução tecnológica, trazida pela modernidade, para criar melhores condições de vida para si e para todos é possível. Podemos fazer isso através da reciprocidade e da solidariedade, associando-as ao progresso e ao desenvolvimento. Porém, precisamos superar um sistema que se apoiou no consumo como critério de garantia de felicidade, liberdade e boa vida. Isso não implica que o capitalismo como um todo deva, necessariamente, ser superado, mas que precisamos pensar de forma crítica em relação a como a sua sanha pelo consumo se tornou ordenatória.

O bem viver se apoia numa perspectiva de um futuro diferente, não se baseia em discursos radicais anti-capitalistas, nem mesmo em retóricas condenatórias ao consumo de bens de produção ou serviços modernos, mas, sim, “*numa lógica de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência sustentada na solidariedade*” (ACOSTA, 2008, p. 27). As pessoas precisam ser organizadas ao ponto de conseguirem assumir o comando das suas próprias vidas, a fim de gozarem da sua liberdade e da boa vida que podem obter através do seu próprio trabalho e das benesses que a modernidade e a tecnologia podem traduzir, sem que se tornem reféns do consumo frenético como espécie de garantia disso.

É necessário que construamos alternativas transformadoras e rebeldes, dispostas a modelar um novo e satisfatório sistema social, democrático e participativo o suficiente para que as pessoas se sintam não somente integradas ao meio em que vivem, mas ativas e potencialmente capazes de converterem-se em seres propulsores e autônomos em relação às suas próprias vidas, desfrutando abertamente da sua liberdade. Este é um planejamento concreto, para um caminho propositivo e incluyente em prol da liberdade e do bem viver.

REFERÊNCIA

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária-Elefante, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo; Forense Universitária e EDUSP, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editora Ltda., 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **Ética globalizada & sociedade de consumo**. 2 ed.reform. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2004.

CLETO, Marcelo de Souza. *Liberdade em Alexis de Tocqueville*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo-SP. 2005.

DIAS FILHO, Antonio Jonas. **As mulatas que não estão no mapa**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Cadernos Pagu, 1996.

DUSSEL, Enrique. Desde o "ego" europeu: o "em-cobrimto. Em DUSSEL, Enrique. *1492, o Encobrimento do Outro (A origem do "mito da modernidade")*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Traduzido por Raul Fiker. Editora: UNESP. 5ª impressão. 1991.

GUDYNAS, Eduardo. *Transições ao pós-extratativismo: sentidos, opções e âmbitos*. In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LIMA, T, C, S. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. UFSC. Florianópolis. 2007

MOURA, Roldão Alves de. *Consumo ou consumismo: uma necessidade humana?* Universidade Nove de Julho. Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo. v. 24, n1, 2018.

ORWELL, George. 1984. Traduzido por Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. Editora: Companhia das Letras. 9ª impressão. 2005.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. **Desenvolvimento sustentável e o consumocentrismo: o paradoxo da modernidade**. Em: *O consumo na sociedade moderna [recurso eletrônico]: conseqüências jurídicas e ambientais / org.*

Agostinho Oli Koppe Pereira, Cleide Calgaro, Henrique Mioranza Koppe Pereira. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

SOBRE OS AUTORES

João Paulo Queiroz Antonini

Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros. Correio eletrônico: jpantonini@hotmail.com

Antônio Dimas Cardoso

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília; professor titular da Universidade Estadual de Montes Claros. Correio eletrônico: antonio.dimas@unimontes.br